

# ONU: 120 milhões de mulheres sofreram abuso sexual antes dos 20 anos

**(O Estado de S. Paulo - 04/09/2014)** Levantamento da ONU em parceria com a Unicef, mostra que uma em cada dez garotas com menos de 20 anos já foram forçadas a ter relações sexuais. Os dados divulgados nesta quarta-feira são do ano de 2012 e trazem ainda informações sobre tentativas de homicídio e violência doméstica.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [ONU: 120 milhões de mulheres sofreram abuso sexual antes dos 20 anos \(O Estado de S. Paulo, 04/09/2014\)](#)

---

# Mais de 700 milhões de mulheres se casaram na infância, diz Unicef

**(G1/Mundo, 22/07/2014)** Debate realizado em Londres a partir desta terça-feira, dia 23, trata casamentos na infância, entre outros assuntos. Segundo a Unicef, mais de 700 milhões de mulheres se casaram antes de completar 18 anos nos últimos 30 anos.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Mais de 700 milhões de mulheres se casaram na infância, diz Unicef \(G1/Mundo, 22/07/2014\)](#)

---

# A prática abusiva de cesarianas na América Latina

**(Adital, 25/06/2014)** Maioria de cesáreas são desnecessárias e superam largamente cifra recomendada por organismos das Nações Unidas

40% dos nascimentos na América Latina e Caribe são realizados por cesárea, segundo o Estado Mundial da Infância 2014, publicado em janeiro pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Essa cifra mais que duplica a recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que as cesáreas não devem exceder 15%.

O Brasil é o país com maior número de cesáreas no mundo, com 50% dos nascimentos mediante essa prática, seguido pelo México, com 46%. Em clínicas privadas, no entanto, os nascimentos por cesárea podem alcançar até 90%.

Especialistas têm advertido sobre os riscos dessa prática para a mãe e o bebê, ademais de que a maioria é desnecessária.

De acordo com a OMS, a cesárea se justifica quando o parto não pode ser realizado de maneira normal e há risco para a vida da mãe e do bebê, como são os casos de hemorragia por placenta desprendida ou placenta prévia, pré-eclampsia, ruptura prematura de membrana, excessivo tamanho do bebê ou em gravidezes múltiplas.

Entre os motivos para o incremento das cesáreas estão os estéticos, medo da dor e comodidade ao planejar a intervenção. Além disso, nas clínicas privadas, se abusa desse procedimento porque seu custo é muito mais elevado que o de um parto normal.

## O caso do Brasil

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento “Nascer no Brasil”, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, entre fevereiro de 2011 e outubro de 2012, existe a ideia entre muitas mulheres que com um parto normal a vagina se alargará e por esse motivo a cesárea surge como alternativa.

Os resultados da pesquisa, dados a conhecer no último dia 29 de maio, revelaram que de 23.940 partos, 52% foram por cesárea e em clínicas privadas o número cresceu para 88%.

Maria do Carmo Leal, coordenadora da pesquisa, assinalou que “a elevada taxa de cesáreas se deve a uma cultura arraigada no Brasil de que esse procedimento é a melhor maneira de ter um filho. Ademais disso, muitas mulheres têm medo da dor”.

Um dado curioso do estudo é que quase 70% das mulheres desejavam um parto normal no início da gravidez, mas finalmente ao redor de 60% deram à luz por cesárea.

“Há certamente uma influência dos serviços médicos pré-natais na decisão das mulheres pelo tipo de parto, mas também as amigas e familiares influem. Não se pode, portanto, deixar de destacar que é uma visão equivocada a crença de que a cesárea é a forma mais segura de parir”, acrescentou Leal. “Para os médicos, são mais convenientes as cesáreas porque podem organizar suas vidas e não estar à disposição de um momento que não se pode controlar, como é o nascimento de cada bebê. É certo que os médicos podem induzir a mulher a submeter-se a uma cesárea, mas é certo também que todo o sistema está organizado para promovê-la”.

Para Leal, “são necessárias políticas públicas, mas também que as mulheres se mobilizem, se informem mais sobre o parto e sobre o risco da cesárea. Deve haver uma mudança de atitude [nas mulheres] e na cultura médica”.

Acesse o site de origem: [A prática abusiva de cesarianas na América Latina](#)

---

# Especialistas no Brasil aprovam criminalização do casamento forçado

**(O Globo, 17/06/2014)** Especialistas brasileiros aprovaram a lei britânica, que entrou em vigor esta segunda-feira, tornando o casamento forçado um crime no Reino Unido. Os pais que obrigarem jovens mulheres a se casar com maridos arranjados podem ser punidos com até sete anos de prisão.

A nova lei se aplica a casamentos indesejados no território britânico e também àqueles em que a vítima é britânica mas tenham ocorrido em qualquer país, já que muitos jovens são levados às nações de seus ancestrais para uniões acordadas por suas famílias, particularmente Paquistão, Índia e Bangladesh.

Segundo a representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, diversos países consideram que o casamento forçado faz parte de suas tradições culturais. Nadine, no entanto, ataca esse argumento, uma vez que representa, muitas vezes, uma violação dos direitos das mulheres.

— Isso até pode ser parte da cultura, mas as tradições mudam com o desenvolvimento das sociedades — lembra. — Não há cabimento em mulheres se casarem sem poder escolher seus parceiros ou estarem preparadas física e emocionalmente para isso. A lei britânica é um avanço importante para os direitos femininos.

Professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Eva Alterman Blay também elogia a nova legislação.

— Os países ocidentais devem, no mínimo, impedir que as mulheres sejam levadas contra sua vontade para as nações de origem de suas famílias — ressalta. — O casamento forçado é uma tradição cultural discutível dos países muçulmanos. No Ocidente, isso deve ser considerado um crime.

De acordo com Nadine, as leis específicas podem surtir um efeito maior. Além de penalizar os responsáveis pela coação de mulheres, funcionam como um incentivo para a mudança de mentalidade. No próprio Reino Unido, um caso célebre ocorrido há oito anos mostra que a condenação social aos casamentos forçados começa a surtir efeito mesmo nas comunidades onde a prática ainda é comum. Filha de indianos residentes em Londres, a estudante hindu Subhiya Gaur, de 18 anos, fugiu para Nova Déli, onde se casou com Ashwani Gupta, 21, que ela conheceu na internet. Subhiya havia sido prometida pelos pais a um homem mais velho.

## **MUTILAÇÃO GENITAL TAMBÉM EM FOCO**

Outros tipos de abuso ainda preocupam governos. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cerca de três milhões de meninas sofrem mutilação genital a cada ano na África. A prática, segundo seus defensores, garante status à mulher em certas sociedades muçulmanas. A chegada de imigrantes ao Ocidente disseminou a prática, levando vários países da União Europeia a criar leis específicas para coibi-la. Em Espanha, Alemanha e Holanda, por exemplo, a mutilação é castigada mesmo que os pais tenham levado a menina a seus países de origem para fazê-la.

Acesse o PDF: [Especialistas no Brasil aprovam criminalização do casamento forçado](#)

---

# Trinta milhões de meninas podem sofrer mutilação genital feminina na próxima década, alerta UNICEF

**(ONU-BR - 17/06/2014)** Mais de 125 milhões de meninas e mulheres já foram submetidas à mutilação genital feminina em 29 países, onde há maior taxa de prevalência da prática, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Se as tendências atuais persistirem, 30 milhões de meninas correm o risco de sofrer com esta forma de violência durante a próxima década.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Trinta milhões de meninas podem sofrer mutilação genital feminina na próxima década, alerta UNICEF](#)

---

## Ministra apresenta ações contra a violência sexual

**(Portal Brasil - 13/06/2014)** A ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apresentou as ações do Brasil para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ela participou nesta sexta-feira (13) de uma entrevista coletiva para a imprensa internacional juntamente com o representante do Unicef no

Brasil, Gary Stahl. O evento aconteceu no Centro Aberto de Mídia do Rio de Janeiro.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Ministra apresenta ações contra a violência sexual](#)

---

## **Agências da ONU comemoram esforços da União Africana para acabar com casamento infantil**

**(ONU/BR, 02/06/2014)** O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) parabenizaram a primeira campanha lançada pela União Africana para acabar com o casamento infantil, um costume que tira a infância de mais de 17 milhões de meninas - uma em cada três - em todo o continente.

A campanha, lançada nesta quinta-feira (29), tem um período inicial de dois anos, com lançamentos nacionais em 10 países africanos.



Casamentos infantis tiram as meninas da escola.

Foto: IRIN/Mujahid Safodien

“O que estamos vendo hoje é um amplo movimento de líderes e organizações dizendo coletivamente ‘não ao casamento infantil’ na África”, afirmou o vice-diretor executivo do UNICEF, Martin Mogwanja. De acordo com o UNICEF, “essa iniciativa tomada por africanos para africanos não deve parar até que todas as meninas - em todas as famílias e todas as comunidades - tenham o direito de fazer 18 anos antes de se casar”.

A diretora regional do UNFPA, Julitta Onabanjo, explica, por sua vez, que “os custos da inação, em termos de direitos não realizados, de cidadãos que não atingem todo o seu potencial e a perda de oportunidades de desenvolvimento, superam em muito os custos de uma intervenção”.

De acordo com as Nações Unidas, mais de 140 milhões de meninas no mundo todo se tornarão noivas entre 2011 e 2020 se as taxas atuais continuarem. Destas, 50 milhões terão menos de 15 anos.

Acesse o site de origem: [Agências da ONU comemoram esforços da União Africana para acabar com casamento infantil](#)



---

# Ministério da Saúde lança portaria para humanizar a assistência à mãe e ao bebê

*(Agência Brasil, 22/05/2014)* Enquanto o bebê recém-nascido estiver na maternidade, ele terá garantido o acompanhamento 24h da mãe, do pai ou de algum outro responsável, mesmo em unidades de terapia intensiva (UTIs) neonatais. A garantia está na portaria assinada hoje (22) pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, que participou no Rio de Janeiro do lançamento da campanha 2014 de doação de leite materno.

“O direito à mãe, ao pai ou a um acompanhante responsável pelo bebê acompanhá-lo 24 na UTI neonatal, que é fundamental na estratégia de humanização. Segundo, a criação de normatizações sobre boas práticas ao atendimento ao parto, ou seja, à mãe que ganha o nenê e ao nenê, ao nascimento. São estratégias de qualificação do parto e de assistência ao bebê na lógica da política de segurança e de qualificação ao atendimento”.

Chioro cita também a ampliação dos incentivos destinados a esses hospitais, com aumento de 17% dos recursos repassados para parto normal e de 8,5% para parto cesáreo. “A valorização é fundamental para reduzir a mortalidade infantil, reduzir a mortalidade materna e melhorar a qualidade de vida da nossa população”.

A iniciativa Hospital Amigo da Criança é um projeto do Ministério da Saúde em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para garantir incentivos às unidades que mantêm assistência humanizada e qualificada às mães e aos bebês. Atualmente, são 321 hospitais com o título.

Com a portaria assinada hoje, passa a ser requisito para receber a classificação garantir a presença dos pais da criança nos locais onde o bebê estiver nas maternidades.

***Acesse no site de origem: [Ministério da Saúde lança portaria para humanizar a assistência à mãe e ao bebê \(Agência Brasil, 22/05/2014\)](#)***

---

## **UNESCO lança publicação sobre educação em sexualidade no contexto brasileiro**

***(UNESCO, 19/05/2014)*** A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) acaba de lançar uma publicação dedicada a educadores brasileiros sobre o tema da sexualidade - denominada "Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem".

Resultado de uma adaptação para o cenário brasileiro de tópicos e objetivos de aprendizagem incluídos na publicação "Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde, volumes 1 e 2" - publicada pela UNESCO em 2009 -, este documento busca fornecer orientações para o desenvolvimento de currículos adaptados aos locais onde serão aplicados.

O documento de 2009, publicado em Paris, contou com a parceria do Fundo de População da ONU (UNFPA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) no âmbito da Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).



Foto: UNESCO/ Reprodução

O status de desenvolvimento do Brasil e a experiência prática nessa área certamente podem apresentar aspectos inovadores e servir como referências para versões futuras dessa orientação técnica internacional, diz a UNESCO, assim como seus tópicos e objetivos de aprendizagem para a educação em sexualidade.

O interesse da representação da UNESCO no Brasil, em parceria com organizações especializadas na área, foi analisar nacionalmente os conteúdos desses tópicos para incorporar a rica experiência brasileira nas análises internacionais.

Por outro lado, considerando a possibilidade de se adaptar os tópicos do cenário local, a agência da ONU afirma ser necessário obter a validação dessas orientações por especialistas brasileiros nas áreas de gênero e sexualidade, de forma a garantir a relevância e a adequação dos conteúdos para cada público-alvo no território nacional.

A publicação ou solicite uma cópia impressa [clikando aqui](#).

Acesse o site de origem: [UNESCO lança publicação sobre educação em sexualidade no contexto brasileiro](#)

---

**Capital mineira aposta em  
educação para combater o**

# racismo

**(Agência Brasil, 15/05/2014)** O Brasil deve aproveitar a oportunidade de sediar uma Copa do Mundo para discutir o combate ao racismo. Para a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, é importante discutir o racismo no futebol, mas sem esquecer que atitudes preconceituosas nos estádios são apenas reflexo da sociedade.

“É preciso deixar evidente que o racismo no futebol é a expressão do racismo que existe na sociedade como um todo, existe um crescimento dos casos de racismo de uma maneira geral, não apenas no futebol”, disse.

“Mas, em função da Copa, acho que nós podemos aproveitar essa conjuntura para ajudar a elevar a consciência das pessoas em relação à necessidade de se repudiar qualquer manifestação discriminatória contra negros”, destacou a ministra.



A questão do racismo no futebol entrou em campo este ano por causa do episódio com o jogador Tinga, do Cruzeiro, que foi alvo de atos preconceituosos por parte da torcida do Real Garcilaso, em Huancayo, no Peru, na estreia do time mineiro na Taça Libertadores da América, em fevereiro.

O apoio a Tinga veio de todos os lados, inclusive da torcida rival. O diretor de eventos da torcida organizada Galoucura, do Atlético Mineiro, Marcelinho Conceição, explica que a rivalidade tem que ficar restrita às quatro linhas.



Belo Horizonte - Alvo de atos de racismo no futebol, o jogador Tinga aposta na educação como saída para lutar contra o preconceito  
Tomaz Silva/Agência Brasil

“Nós fizemos uma homenagem ao Tinga. O tema foi: rivalidade sim, racismo não. Nós somos o país que mais tem descendentes de africanos fora da África. Então, toda vez que toca no racismo, toca em 190 milhões de habitantes.”

O jogador do Cruzeiro relata que nunca tinha passado por uma situação de racismo em campo, mesmo jogando na Europa e no Japão, locais com histórico de xenofobia. Do triste episódio, ele propõe a ampliação do debate para promover a igualdade plena na sociedade a partir da educação.

“Enquanto a gente não levar esses temas diretamente na educação, na base escolar, vai ser difícil, porque a gente faz hoje como adulto aquilo que a gente vem aprendendo quando criança, quando adolescente. E esses temas, não só o racismo, mas o tema da igualdade, têm que estar diretamente na escola, porque eu acredito que o preconceito é uma falta de educação. Eu acredito que o governo e nós também, como família, como pais, deveríamos fazer a nossa parte através da educação, começar dentro de casa, ter essas conversas.”

Em Belo Horizonte, os negros (pretos e pardos) somam 52,7% da população. É mais do que a média nacional, que está em 50,7%, de acordo com o Censo 2010. A coordenadora de Promoção da Igualdade Racial do município, Rosângela da Silva, lembra que o problema está enraizado na sociedade, mas vem à tona quando um caso como o de Tinga ganha repercussão.

“Na década de 80, na década de 90, a gente abria o livro didático e qual era a imagem que a gente reconhecia ali na história? Era a imagem do negro amarrado, a imagem do índio preguiçoso. E isso criou também uma negação da própria identidade para o negro. Hoje a gente tem a Lei 10.639, que é uma lei federal, que trata do ensino da história da África nas escolas, que representa um grande avanço quando a gente pensa na questão do enfrentamento, do combate ao racismo. Eu acho que no Brasil em nível de política de reparação, em política reparatória, esse é um dos pontos mais importantes”.

Belo Horizonte - Gerente de Articulação da Política Educacional da Smed, Rosa Vani Pereira, destacou a dificuldade em selecionar de livros que abordassem a África sem preconceitos Tomaz Silva/Agência Brasil

Dentro das escolas, Belo Horizonte avançou na questão com a distribuição de livros de literatura afro-brasileira. A gerente de Articulação da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, Rosa Vani Pereira, explica que o projeto começou em 2003 e hoje conta com 433 títulos.

“Contar a história do kit de literatura é contar um pouco também como essa conversa entra na escola, como você desmistifica o que os alunos viam até então como geografia e história africana, e de forma muito preconceituosa. Quando se falava em África nos currículos até então, você falava ou na África do Tarzan ou na África da miséria, você não saía dessas duas pontas. Então, o primeiro kit foi muitíssimo interessante porque a gente desvela um pouco o próprio mercado editorial, foi uma luta compor esse kit.”

Além da distribuição dos livros, a secretaria de educação promove a mostra de literatura afro-brasileira, com oficinas, exposições e filmes sobre o tema, para movimentar as escolas e apresentar os títulos aos estudantes e professores.

Outra iniciativa pioneira em Belo Horizonte foi a criação, em novembro de 2013, do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância (Navcradi). De acordo com o gerente do núcleo, Jefferson Rodrigues de Oliveira, o objetivo é atender as demandas individualmente e acompanhar os processos de crimes raciais e intolerância religiosa dentro da Polícia Civil, para que esse tipo de registro não fique parado.

“As pessoas que têm chegado aqui têm visto no núcleo um órgão capaz, por exemplo, de satisfazer as necessidades deles no sentido de eles trazerem a demanda e saberem que daquilo poderá ser feito algo, coisa que no trâmite

geral, da delegacia, é mais difícil.”



Belo Horizonte - O artista plástico conhecido como Ameba relata episódios de violência policial durante as manifestações de junho de 2013, durante a Copa das Confederações Tomaz Silva/Agência Brasil

Apesar das muitas iniciativas de combate ao preconceito, o racismo institucional ainda é realidade. O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (Copac) denuncia atos de discriminação, por parte da polícia, durante os protestos de junho do ano passado. Um dos presos durante as manifestações foi o artista plástico Ameba, que passou um mês no cárcere. Ele relata que os 15 presos foram colocados nus, ajoelhados e algemados, e tiveram os cabelos raspados. Um rapaz negro teve o cabelo no estilo rastafari cortado com faca.

“Teve um cara negro, de dread, teve outros punks negros também. Cortaram o dread do cara com faca, no maior desrespeito, isso aí é uma agressão à sua identidade. Cortar moicano é a mesma coisa, é tirar a identidade do punk, o maior desrespeito, a maior invasão.”

Rosa Vani reconhece a existência de discriminação contra vários grupos de pessoas. Mas lembra que atitudes racistas ocorrem o tempo todo no país e se refletem em um número duas vezes e meia maior de assassinatos de jovens negros do que o de brancos.

“Mas aí eu fico muito preocupada quando a gente faz essa discussão, porque outro dia eu ouvi que gordo também é discriminado. É, só que gordo morre por problema de pressão. Quando eu pego o Mapa da Violência no Brasil, eu não tenho aquela quantidade imensa de meninos negros morrendo porque são gordos, eles estão morrendo porque são negros mesmo.”

O jogador Tinga sugere uma solução a longo prazo para o fim do preconceito:

aulas que possam abordar tudo o que acontece na vida das pessoas.

“Não sou eu que vou dizer o que tem que ter em uma escola, mas eu acredito que deveria ter uma matéria que fosse somente vida, dia a dia, enfim, porque tem tanta matéria que a gente estuda e demora para utilizar, às vezes nem utiliza, eu acredito que poderia ter uma matéria, algo como cidadania, humanidade, que a gente pudesse falar de tudo. Abordaria o preconceito de religião, de opção sexual, enfim, ensinaria, conscientizaria. Eu acredito que deveria ter isso na escola.”

A coordenadora de promoção da igualdade racial da cidade também acredita que a educação é o caminho em busca da igualdade.

“Tanto na Copa do Mundo, fora da Copa do Mundo, dentro dos times de futebol, da escola, qualquer ação de combate ao racismo, a base dessa ação passa pela educação. Então não tem como, não acredito em nenhuma ação assertiva de promoção da igualdade racial que não envolva esse pensar, essa reflexão, a educação do indivíduo, a educação do sujeito”.

O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da Categoria Rádio do 7º Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pela Andi, Childhood Brasil e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Acesse o PDF: [Capital mineira aposta em educação para combater o racismo](#)